

## Silenciados – A violência Contra o Jornalista no Brasil<sup>1</sup>

Marcos CORREA<sup>2</sup>

Bianca BENTO<sup>3</sup>

Janahina SOBRAL<sup>4</sup>

Patrícia ALLERBERGER<sup>5</sup>

Priscila PACHECO<sup>6</sup>

Renata SIMOND<sup>7</sup>

Professor/Orientador

Fábio CARDOSO<sup>8</sup>

Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo, SP

### RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo compreender o paradoxo existente entre o amadurecimento democrático brasileiro e o aumento nos indicadores de violência contra jornalistas no país, tomando-se como ponto de partida a morte de Tim Lopes. Também se procurou avaliar os impactos dos ataques contra profissionais da imprensa sobre a sociedade e a relação entre o fenômeno observado e o quadro nacional da impunidade. Foram utilizados relatos de comunicadores ameaçados e/ou agredidos e de especialistas de áreas correlatas, assim como pareceres de instituições especializadas. Considerando-se as evoluções da internet e seu amplo potencial de alcance, os resultados foram compilados em um especial multimídia, que visa dialogar com jornalistas e o público leigo, que muitas vezes desconhece os bastidores da reportagem e as dificuldades enfrentadas na obtenção e disseminação de informação.

**PALAVRAS-CHAVE:** Violência; Jornalistas; Impunidade; Direitos Humanos.

### 1 INTRODUÇÃO

As manifestações populares que ganharam fôlego em junho de 2013 trouxeram à tona uma série de discussões sobre aspectos políticos e sociais da democracia brasileira. Em um plano relativamente mais distante do epicentro da questão, o debate sobre os abusos de policiais e manifestantes contra jornalistas e a função da imprensa em situações de efervescência na

---

<sup>1</sup> Trabalho submetido ao XXII Prêmio Expocom 2015, na Categoria I, modalidade JO 07 Produção em Jornalismo digital (avulso / conjunto ou série). Link de acesso à reportagem na web: <http://silenciados.com.br/>

<sup>2</sup> Aluno líder do grupo e graduado em jornalismo, email: mmortari\_@hotmail.com.

<sup>3</sup> Graduada em jornalismo, email: biancamorimm@hotmail.com.

<sup>4</sup> Graduada em jornalismo, email: janahinarods93@hotmail.com.

<sup>5</sup> Graduada em jornalismo, email: pallerberger@gmail.com.

<sup>6</sup> Graduada em jornalismo, email: pricsp11@gmail.com.

<sup>7</sup> Graduada em jornalismo, email: renatasimond@gmail.com.

<sup>8</sup> Orientador do trabalho. Professor do Curso de jornalismo, email: professorfabiosc@gmail.com.

sociedade também começaram a ganhar corpo na medida em que os registros foram se acumulando. Em fevereiro de 2014, o rojão disparado por um jovem que protestava no Rio de Janeiro matou o cinegrafista Santiago Andrade, e trouxe mais uma vez à superfície os traumas da morte do jornalista Tim Lopes, executado por traficantes durante cobertura na favela Vila Cruzeiro, doze anos antes.

Com o episódio, a segurança de jornalistas voltou a ser discutida com maior ênfase, enquanto passou-se a avaliar quais foram as reais mudanças e o que permaneceu estável entre os casos de Tim e Santiago, além das responsabilidades do Estado, empresas de comunicações, organizações engajadas na garantia da liberdade de expressão e os próprios comunicadores sobre o problema. Apesar das diferenças entre as duas fatalidades (a mais antiga indica intencionalidade e autoria de facções criminosas, ao passo que a outra revela ação não premedita, provocada por um manifestante), análises mais frias apontam diversos pontos de constância no cerceamento ao exercício do jornalismo durante os últimos doze anos. O conceito de violência abordado neste trabalho é o mesmo apresentado por Marilena Chauí (2004, p. 308): “exercício da força física e do constrangimento psíquico para obrigar alguém a agir de modo contrário à sua natureza e ao seu ser ou contra sua própria vontade”.

A principal permanência observada seria o fato de o Brasil manter taxas anuais consideradas elevadas de mortes e agressões sofridas por jornalistas por motivos diretamente relacionados à profissão. De acordo com a Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP), o Brasil se tornou o país mais perigoso para os jornalistas no continente americano (MANZANO, 2014), com quatro mortes em um total de nove entre outubro de 2012 e abril de 2014. Um ano antes, o relatório anual dos Repórteres Sem Fronteiras (RSF, 2014) apontou que o Brasil, com cinco assassinatos, ultrapassou o México em relação ao número de profissionais mortos. Já o Comitê de Proteção aos Jornalistas (CPJ, 2014a) fala em cinco mortes no período, e uma visível relação com a falta de punição dos autores dos crimes e de assistência aos comunicadores.

Tanto as violações praticadas durante recentes manifestações populares como ameaças, agressões e assassinatos registrados por motivações específicas fazem com que o Brasil constantemente chame a atenção de organismos de direitos humanos e defesa às liberdades. O desrespeito a profissionais da imprensa tem aumentado nos últimos anos se os assassinatos e agressões forem usados como parâmetros. De acordo com dados da SIP

(2014) e do CPJ (2014a), os anos de 2011, 2012 e 2013 representaram o triênio com maior número de mortes de jornalistas desde que ambas começaram a fazer esse tipo de registro - a primeira, em 1987, e a segunda em 1992. A SIP fala em 12 casos no país, enquanto o CPJ chega a 15 assassinatos, sendo 10 deles com relação confirmada com o exercício da profissão.

Entre os principais assuntos com os quais os assassinatos de jornalistas no Brasil se relacionam, o CPJ (2014a) destaca investigações sobre corrupção (63%), criminalidade (44%) e política (33%)<sup>9</sup>. A maior parte dos assassinatos ocorre fora das capitais estaduais, com o Rio de Janeiro liderando as ocorrências, com cinco casos, seguido por Minas Gerais, São Paulo, Ceará, Mato Grosso do Sul, Pernambuco e Rio Grande do Norte – todos com dois registros fora de suas capitais.

Segundo dados levantados pela ONG Artigo 19 (2014, p. 25), as cidades de médio porte (com 100 mil a 500 mil habitantes) lideraram as ocorrências de violações contra comunicadores em 2013, com 41% dos casos, seguidos pelas cidades pequenas (com até 100 mil habitantes), que registraram 31% dos casos. Entretanto, Júlia Lima, coordenadora de proteção e segurança de comunicadores e defensores de direitos humanos da organização, diz haver grande possibilidade de os números das pequenas cidades – onde a dificuldade do acesso às informações tende a ser maior – serem significativamente superiores aos apontados. A Artigo 19 (2014, p. 23) também ressalta que há uma grande incidência de casos envolvendo agentes do Estado (sobretudo políticos e policiais), seguidos por membros ligados ao narcotráfico. Os dois grupos responderiam por 77% dos mandos de crimes contra jornalistas contabilizados.

O maior número de registros em regiões menos populosas é explicado pelo menor alcance dos veículos de comunicação locais, e, conseqüentemente, da menor repercussão desses casos nas grandes empresas midiáticas, além da maior impunidade e concentração de poder nesses locais. Nos crimes contra jornalistas, a falta de punição também aparece como grande vilão no país que registrou mais de 10% de todos os homicídios do mundo em 2012, de acordo com levantamento feito pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime

---

<sup>9</sup> O cálculo ultrapassa os 100% pelo fato de muitos casos se enquadrarem simultaneamente em dois ou mais grupos.

(UNODC, 2013), em 2014. Na temática da violência contra comunicadores, o Brasil ocupa a 11ª posição do Ranking da Impunidade<sup>10</sup> do CPJ (2014b).

Além da falta de punição, muitos especialistas listam a baixa comoção gerada na própria imprensa e sociedade com a baixa exposição dada a esses casos como fator perpetuador do cenário de insegurança para muitos jornalistas. Desde 2002, o surgimento da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo e a maior penetração de organismos internacionais têm apresentado mudanças positivas, sendo a principal delas a maior preocupação com segurança e métodos de prevenção contra maiores riscos, sem contar com a tentativa de se entender melhor a complexidade do problema, fazendo-se uso de cruzamentos estatísticos mais refinados e estudos sobre todo o processo histórico. Também houve mudanças no comportamento neste sentido por parte de jornalistas e empresas.

Não apenas comunicadores, mas a população em geral também é afetada pelas elevadas taxas de violência registradas contra jornalistas, uma vez que se trata de poderosa ferramenta de censura e autocensura, que, quando exitosa em seus objetivos, silencia uma atividade vital da imprensa e evita que o consumidor final da notícia tenha acesso a informações relevantes para sua vida em sociedade.

## **2 OBJETIVO**

A realização do especial multimídia “Silenciados – A Violência Contra o Jornalista no Brasil” buscou atingir os seguintes objetivos:

- Compreender as peculiaridades e consequências da violência praticada contra jornalistas brasileiros e diretamente relacionada ao exercício da profissão, nos últimos 12 anos, tendo como marco cronológico o assassinato de Tim Lopes;
- Observar como tal problema se modifica ao longo do tempo e consegue manter-se atuante em períodos de democracia, além dos efeitos da impunidade;
- Verificar a repercussão de tais crimes na imprensa geral e entre o público e como ela interfere na situação;

---

<sup>10</sup> Índice que relaciona o número de assassinatos não resolvidos de jornalistas de um determinado país à sua população

### **3 JUSTIFICATIVA**

Além da relevância para a categoria, o tema proposto afeta diretamente a vida do cidadão comum. Na medida em que o Jornalismo deve lutar pela garantia do direito de acesso à informação e o respeito às liberdades, o conhecimento dos fatores que impedem o comunicador de cumprir seu papel torna-se fundamental numa sociedade democrática. A falta de divulgação de crimes contra jornalistas, que normalmente ocorre massivamente apenas em casos de vítimas de veículos de maior envergadura, prejudica a compreensão do consumidor final da notícia sobre a realidade como um todo e sobre a própria atividade jornalística, além de contribuir para a perpetuação do cenário devido à baixa exposição.

### **4 MÉTODOS E TÉCNICAS UTILIZADOS**

Esta pesquisa foi sustentada por revisão bibliográfica crítica, que contou com cerca de dez livros e artigos impressos, além de aproximadamente 50 referências digitais entre relatórios, artigos e reportagens. Também foram entrevistadas 35 fontes entre jornalistas, especialistas nas áreas de comunicação, direitos humanos e segurança pública. O processo de estudo dividiu-se em oito etapas gerais, apresentadas a seguir:

O primeiro passo da pesquisa foi definir o conceito de violência, observar como ela se manifesta na realidade brasileira e suas relações com a questão dos ataques direcionados a jornalistas. Para tal, foram usados “O Mapa da Violência”, de Julio Jacobo Waiselfisz (2012 e 2013), “Anuário Brasileiro de Segurança Pública”, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2013), “Global Study on Homicide”, da UNODC (2013), “Cale a boca Jornalista!”, de Fernando Jorge (2008), dentre muitas outras obras, além de entrevistas.

As duas etapas seguintes trouxeram um mergulho sobre o caso da morte do jornalista Tim Lopes e a delicada questão das coberturas da imprensa em regiões onde há forte domínio de organizações do tráfico de drogas. Também foi feita uma contextualização do quadro brasileiro no mundo ao se comparar a situação do país com a do México, onde confrontos com o crime organizado geram frequentes ameaças e mortes.

Nestas fases, foram utilizados os livros “Narcoditadura: O caso Tim Lopes”, de Percival de Souza (2002) e “Mídia e violência”, de Silvia Ramos e Anabela Paiva (2007), além do relatório “Violência e liberdade de imprensa no Brasil”, da Federação Nacional dos

Jornalistas (2014). Entre os entrevistados, destaque para Sara Rafsky, pesquisadora do CPJ; Pedro Vaca, diretor da Fundación para Libertad de Prensa (FLIP); e Guilherme Alpendre, diretor-executivo da Abraji, organização é tratada no capítulo seguinte como a representação de uma das mudanças geradas no período estudado.

O quinto processo traz análises sobre as peculiaridades da violência contra jornalistas no Brasil, as regiões com os maiores índices, seus mandantes, os principais assuntos investigados pelos comunicadores atacados e as formas como os crimes foram praticados. Nele, ganharam destaque os atos de ordem política. Como falta material específico sobre o assunto, muitas das informações foram obtidas a partir de entrevistas. As principais fontes foram o jornalista Bruno Paes Manso, pós-doutorado no Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP); Júlia Lima, membro da equipe de proteção e segurança da Artigo 19; João Paulo Charleaux, ex-diretor de comunicação da ONG Conectas Direitos Humanos; Suzana Singer, ex-ombudsman da Folha de S. Paulo; e Roberto Cabrini, editor-chefe do programa Conexão Repórter, no SBT. Também foram observados casos de ameaças, como os de André Caramante, Mauri Konig e Gil Campos – todos entrevistados para esta produção.

A etapa seguinte destacou os protestos iniciados em 2013 no Brasil e as agressões sofridas por jornalistas, praticadas por forças de segurança do Estado e manifestantes. Entre as fontes usadas, destaque para o livro “Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil”, organizado por Lincoln Secco (2013), e entrevistas realizadas com o tenente-coronel Adilson Paes de Souza, ex-PM e mestre em direitos humanos pela Faculdade de Direito da USP; e Tulio Khan, ex-consultor da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo e pesquisador no Núcleo de Estudos da Violência da USP. Também foram colhidos depoimentos de vítimas da hostilidade nas ruas, caso dos jornalistas Pedro Nogueira, Gustavo Basso, Felipe Laroza, Victor Moriyama e Thaís Itaquí.

O sétimo estágio marcou a verificação do cenário da impunidade brasileira, seus efeitos sobre o problema estudado e os mecanismos existentes de proteção aos jornalistas. Nele foram usadas triagens sobre relatórios e pareceres de técnicos de CPJ – autora do “Ranking da Impunidade” -, SIP, Knight Center, Artigo 19 e Ministério dos Direitos Humanos.

A última etapa tratou da adoção de mecanismos de proteção a jornalistas. Para a análise, foram utilizados “Plano de ação das Nações Unidas sobre a segurança dos jornalistas e a

questão da impunidade”, da UNESCO (2013), novamente o livro “Mídia e Violência”, além de relatórios já citados da Fenaj. Para complementar o capítulo, foram coletados pareceres, dentre outras fontes, de José Augusto Camargo, presidente do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo; Marcelo Moreira, jornalista da TV Globo e representante do INSI (International News Safety Institute) no Brasil; e do jornalista Gabriel Toueg, do jornal Metro.

## **5 DESCRIÇÃO DO PRODUTO OU PROCESSO**

Considerando-se a evolução da internet e suas inúmeras possibilidades oferecidas, o produto desta pesquisa foi desenvolvido no formato multimídia, agregando textos, fotos, áudios e vídeos. As principais referências usadas foram os especiais “What’s gone wrong with democracy” (The Economist), “A Batalha de Belo Monte” (Folha de S. Paulo) e “El ocaso de Bosawas” (Confidencial). Todos foram montados em páginas únicas de rolagem.

O presente trabalho seguiu uma estética simples e de fácil absorção, com menu lateral e botões interativos fixos que acompanham o leitor durante a navegação. As cores utilizadas derivam do vermelho, que remete a atenção e perigo, mas com menor vibração – o que reduz possíveis incômodos. A escolha do branco e do preto contribuiu para evitar excessos.

Como nome do produto, optou-se pelo termo “Silenciados”, em referência às mais diversas formas de censura consequentes de ameaças, agressões e assassinatos de diversos profissionais da imprensa. Também foi elaborado um ícone para o especial: o obturador quebrado de uma câmera representa a violência contra comunicadores.

O especial foi produzido para atingir principalmente o público leigo, consumidor de notícia, com formação mínima do Ensino Médio. Profissionais da comunicação, porém, também podem se informar pelo trabalho sobre os perigos que correm e como mitigá-los. Para atender às expectativas de ambos os públicos, optou-se por uma linguagem clara e objetiva.

## **6 CONSIDERAÇÕES**

A persistência de crimes contra profissionais da imprensa evidencia a continuidade de situações de afronta aos direitos à liberdade de expressão e ao acesso à informação. Entre os autores, agentes de origens diversas compartilham a visão de um inimigo comum na imprensa, que pode expor o que não querem que se torne conhecido pela sociedade.



Apesar de as estatísticas revelarem um incremento nos assassinatos e agressões a jornalistas no Brasil ao longo dos últimos três anos, não parece apropriado falar em piora generalizada por alguns motivos: os números absolutos se restringem a poucas unidades de casos, o que torna sua análise imprecisa, a depender de fatores, inclusive, pontuais e pouco representativos; os esforços das organizações envolvidas em aprimorar seus levantamentos podem significar maior conhecimento das ocorrências, e não necessariamente um aumento real; a análise isolada dos números não é capaz de trazer à luz questões qualitativas. Desta forma, o presente trabalho optou por observar as mudanças de cenário desde a morte de Tim Lopes, os pontos de constância de lá para cá e os desafios para o futuro em vez de classificar arbitrariamente um processo histórico complexo e subjetivo.

Outra dificuldade foi avaliar precisamente quais efeitos da violência do país incidem sobre os casos específicos de ataques a jornalistas. Apesar de se tratar de uma variável indissociável na compreensão do problema, o cenário geral não é capaz de dar conta da questão de maneira absoluta. A violência contra jornalistas, muitas vezes, está relacionada ao risco que a imprensa representa aos interesses de determinados grupos de poder ou marginais. No mesmo sentido, a impunidade figura como outra variável relevante. Por mais que não seja exclusividade dos crimes contra jornalistas, ela é vista como um dos grandes responsáveis pela perpetuação do ambiente hostil à livre disseminação de informações.

O assassinato de Tim Lopes marcou mudanças substanciais no quadro da segurança dos comunicadores. Novas organizações nasceram enquanto outras ampliaram o foco no Brasil. A procura por cursos de proteção aumentou, protocolos passaram a ser discutidos, assim como a federalização do julgamento de tais ilícitos e um grupo de discussão foi criado pelo governo. Também foi vista maior união entre os próprios jornalistas – tanto pela exigência por mais segurança e apoio das empresas e do Estado, como para pressionar por investigações e punições efetivas. Alguns trágicos acontecimentos ganharam destaque no noticiário; outros permaneceram na penumbra.

Justamente casos em que há maior vulnerabilidade do jornalista são os que hoje ainda recebem menor destaque da imprensa. Assim como é necessário o Estado ampliar esforços contra a corrupção e a impunidade, é tarefa dos próprios jornalistas e veículos dar maior visibilidade aos crimes contra a categoria. É imperativo que a sociedade tenha mais claro o significado de um ataque a um comunicador e que sejam cobradas atitudes das autoridades.



Os protestos de 2013 trouxeram um novo paradigma para o problema estudado. Diferentemente de outras ocasiões em que os crimes costumavam ser planejados e terem um alvo específico por razões particulares, na efervescência das ruas jornalistas acabaram sendo vítimas pontuais ou até acidentais. Diversos ataques vindos de policiais e manifestantes foram intencionais e revelaram doses de insatisfação e intolerância de segmentos da sociedade ao trabalho dos grandes veículos de comunicação em níveis talvez inéditos. No entanto, não se trata de atos premeditados.

Se, por um lado, este trabalho parte de pressupostos democráticos em que nada justifica o uso da violência por grupos civis ou o abuso de autoridade das forças policiais contra jornalistas, por outro, é preciso reconhecer que o ambiente de maior hostilidade nas grandes cidades também influi no problema estudado e pode apontar para uma crescente demanda por evoluções nas cristalizadas estruturas midiáticas do país.

Mesmo com sinais de mudanças, o Brasil ainda está longe de superar o problema. A realidade da violência contra jornalistas não revela um risco de o país retornar aos tempos de perseguição e censura institucionalizada. Sem embargo, este pode ser um fator limitante para o processo de aprimoramento democrático. Ademais, o que aparentemente é um problema concreto esconde consequências menos perceptíveis, tais como a autocensura e a ausência da pluralidade de vozes em muitos casos. No sentido oposto de uma maior conscientização coletiva, ainda há muito a ser feito pelos envolvidos. Estado, empresas, jornalistas, organizações e sociedade têm grandes responsabilidades sobre o quadro formado nos mais diversos cantos do Brasil.

## REFERÊNCIAS

ARTIGO 19. **Violações à liberdade de expressão**. São Paulo: 2014. Disponível em: <<http://artigo19.org/wp-content/uploads/2014/04/RELATORIO-GRAVES-VIOLA%C3%87%C3%95ES-FINAL-VERS%C3%83O-INTERNET.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2014.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2004.

CONFIDENCIAL. **El caso de Bosawas**. 28 abr. 2014. Disponível em: <<http://www.confidencial.com.ni/bosawas/>>. Acesso em 15 jun. 2014.

CPJ (Committee to Protect Journalists). **29 journalists killed in Brazil since 1992/motive confirmed**. 2014a. Disponível em: <<http://cpj.org/killed/americas/brazil/>>, Acesso em: 12 abr. 2014.

- \_\_\_\_. **Crimes sem castigo**. 16 abr. 2014b. Disponível em:  
<<http://www.cpj.org/pt/2014/04/crime-sem-castigo-1.php>>. Acesso em: 12 abr. 2014.
- FENAJ (Federação Nacional dos Jornalistas). **Violência e liberdade de imprensa no Brasil**. Brasília: 2005. Disponível em:  
<<http://www.fenaj.org.br/federacao/comhumanos/Relatorio2005.pdf>>. Acesso em: 17 mar. 2014.
- FOLHA DE S. PAULO. **A batalha de Belo Monte**. 2013. Disponível em:  
<<http://arte.folha.uol.com.br/especiais/2013/12/16/belo-monte/>>. Acesso em: 11 maio 2014.
- JORGE, Fernando. **Cale a boca, jornalista** – o ódio e a fúria dos mandões contra a imprensa brasileira. São Paulo: Novo século, 2008.
- MANZANO, Gabriel. No balanço da SIP, Brasil é o país 'mais perigoso'. **O Estado de S. Paulo**. 8 abr. 2014. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,no-balanco-da-sip-brasil-e-o-pais-mais-perigoso,1150708,0.htm>>. Acesso em: 9 abr. 2014.
- RAMOS, Sílvia; PAIVA, Anabela. **Mídia e violência**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.
- RWF (REPORTERS WITHOUT BORDERS). **71 journalists were killed in 2013**. 18 dez. 2013. Disponível em: <<http://en.rsf.org/71-journalists-were-killed-in-2013-18-12-2013,45634.html>>. Acesso em: 10 maio 2014.
- \_\_\_\_. **2014 World Press Freedom Index**. 2014. Disponível em:  
<<http://rsf.org/index2014/en-index2014.php>>. Acesso em: 18 abr. 2014.
- SIP (Sociedad Interamericana de Prensa). **ESTATÍSTICA**. 2014. Disponível em:  
<<http://www.sipiapa.org/pt-br/impunidade-program/estatistica/>>. Acesso em: 18 abr. 2014.
- THE ECONOMIST. **What's gone wrong with democracy**. 2014. Disponível em:  
<<http://www.economist.com/news/essays/21596796-democracy-was-most-successful-political-idea-20th-century-why-has-it-run-trouble-and-what-can-be-do>>. Acesso em: 11 maio 2014.
- UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura). **Plano de ação das Nações Unidas sobre a segurança dos jornalistas e a questão da impunidade**: 2013. Disponível em:  
<[http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CI/CI/pdf/official\\_documents/UN\\_Plan\\_Action\\_PR.pdf](http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CI/CI/pdf/official_documents/UN_Plan_Action_PR.pdf)>. Acesso em: 20 abr. 2014.
- UNODC (United Nations Office on Drugs and Crime). **Global study on homicide**: 2013. Disponível em:  
<[http://www.unodc.org/documents/gsh/pdfs/2014\\_GLOBAL\\_HOMICIDE\\_BOOK\\_web.pdf](http://www.unodc.org/documents/gsh/pdfs/2014_GLOBAL_HOMICIDE_BOOK_web.pdf)>. Acesso em: 20 abr. 2014.
- WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2013** - Mortes Matadas por Armas de Fogo. 2013. Disponível em:  
<[http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2013/MapaViolencia2013\\_armas.pdf](http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2013/MapaViolencia2013_armas.pdf)>. Acesso em: 10 maio 2014.